

ARQUIVO E ESCOLA: A CONTRIBUIÇÃO DA INTERNET NA DIFUSÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Priscila Ribeiro Gomes (Unirio) –
pri.unirio@yahoo.com.br

Magno Vinícius da Silva Monteiro (Unirio) –
magvin25@hotmail.com

Alinne Pereira da Costa (Unirio) –
alinne_p@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compartilhar as experiências relacionadas ao projeto de extensão “Ensinar e Aprender nos/com Arquivos: (re)viendo as práticas pedagógicas”, desenvolvido por um grupo de estudos na Unirio. O referido projeto visa convidar os órgãos competentes do poder público e a sociedade civil organizada para uma reflexão mais consistente acerca do que vem sendo discutido no âmbito das instituições Arquivo e Escola, considerando esses espaços fundamentais para a tessitura do conhecimento. Para pensar as articulações entre Arquivo e Escola, elegemos como campo de pesquisa o Centro de Memória do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. Esta escolha se deu, primeiramente, por ser um Centro de Memória localizado numa Instituição com aproximadamente 130 anos de existência, cujo material retrata sua cultura escolar, abrigando um manancial de informação ainda desconhecido por muitos. Em relação ao conjunto documental, ainda existe uma grande quantidade sem identificação. Nossa proposta consiste, inicialmente, em realizar a identificação de alguns documentos, de modo a disponibilizá-los ao público em geral, inclusive, aos futuros professores de pedagogia que estudam no Instituto. Deste modo, uma segunda etapa do trabalho consistirá na realização de oficinas com estes estudantes, de modo a orientá-los sobre a relevância dos arquivos nas práticas pedagógicas, ou seja, nos seus fazeres educacionais cotidianos. Nesta perspectiva, é que vislumbramos a contribuição da internet na difusão de tais práticas. Acreditamos, baseados em experiências realizadas em outros estados que a mesma pode ser um meio de aproximação entre ações educativas e arquivísticas.

Palavras-chave: Arquivo, Escola, Práticas educativas

1 - INICIANDO UMA CONVERSA SOBRE O TEMA

O interesse pela escrita deste trabalho surgiu a partir das discussões ocorridas nas reuniões referentes ao projeto de extensão “Ensinar e Aprender nos/com Arquivos: (re)vendo as práticas pedagógicas”, desenvolvido por alunos, ex-alunos e uma professora do curso de Arquivologia da Unirio.

Por tratar-se de um projeto de extensão, nossa intenção consiste em promover por meio de um diálogo interdisciplinar uma relação dialógica, tendo como finalidade a construção de um processo que desse conta de atender a dimensão interativa, buscando por meio desta (re)significar a relação Universidade e Sociedade.

Deste modo, o projeto visa convidar os órgãos competentes do poder público e a sociedade civil organizada para uma reflexão mais consistente acerca do que vem sendo discutido no âmbito das instituições Arquivo e Escola, considerando esses espaços fundamentais para a tessitura do conhecimento.

Nesse sentido, elegemos como *locus* de estudo o Centro de Memória Institucional do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (CEMI-ISERJ), fundado no ano de 2005 com o intuito de reunir, catalogar e difundir o arquivo do ISERJ para uso escolar e também de pesquisadores intra e extramuros da instituição.

Ou seja, pretende-se por meio deste projeto estabelecer o compartilhamento de saberes entre a Academia e os setores sociais, neste caso, o CEMI, buscando estimular reflexões sobre o que se entende por patrimônio cultural nos corpos docentes e discentes, através da disseminação do acervo do CEMI, tornando-o como um instrumento pedagógico das práticas escolares, que poderá auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, tendo um desdobramento interdisciplinar na cognição do conhecimento.

Na tentativa de romper com o falso paradigma de que a Universidade é a detentora do saber, procuraremos entender através de um movimento dialético como outros sujeitos envolvidos no processo podem se tornar fontes preciosas, nos permitindo um (re)pensar acerca do que apreendemos na Universidade.

Por ser um projeto que nos remete ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas, podemos destacar a sua ação transformadora que visa atender as necessidades da sociedade. Estas necessidades sociais estão diretamente associadas à função social do Arquivo, enquanto, Patrimônio. Investigar a importância do Arquivo como Patrimônio Cultural e sua relevância para a comunidade escolar e para pesquisadores nos coloca diante de um objetivo comprometido com a mudança social.

Dentre os objetivos elencados no referido projeto está a ampliação do acesso aos documentos custodiados pelo CEMI. É a partir deste objetivo que traçamos entrelaçamentos com as discussões que envolvem o uso do ambiente virtual.

Acreditamos que os meios de acesso estão para além dos que já são encontrados dentro do próprio arquivo. Neste sentido a internet coloca-se não só como facilitadora, mas também como um instrumento motivador no que tange à construção do conhecimento.

Esta perspectiva se volta não apenas para o pesquisador, mas também e, principalmente, para os estudos de crianças, jovens e adultos que estão em fase de aprendizagem escolar.

Logo, enquanto sujeitos que vivemos na chamada “Era das Redes” não podemos deixar de discutir as possibilidades e vantagens do uso dos arquivos mediante ao recurso da internet, não só ao que tange à democratização do acesso, mas também como este acesso pode fazer sentido, e internalizar um conhecimento no sujeito, como diria Vygotsky (1989).

1.1 - APRESENTANDO O CENTRO DE MEMÓRIA DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO R.J – ISERJ

O Centro de Memórias do Instituto (CEMI) foi criado em 9 de dezembro de 2005 para reunir, organizar, catalogar e difundir a História do ISERJ, desde sua criação como Escola Normal da Corte, em 1880.

O objetivo do CEMI é conscientizar alunos e professores que a memória da Instituição deve ser preservada e que, como agentes históricos, eles fazem parte da memória institucional. Além disso, busca alertá-los para o fato de ocuparem um prédio histórico, construído para abrigar a Escola Normal.

Possuidor de um acervo que percorre mais de um século da história da Educação, estes arquivos são catalogados obedecendo às diferentes fases pelas quais a instituição passou, colaborando para a preservação de sua memória e de seu patrimônio. Este acervo é composto de documentos considerados raros pela sua antiguidade e conteúdo, sendo de grande importância para a preservação da memória do Instituto e da própria sociedade.

Seu rico e diversificado acervo documental ajuda a contar a história institucional por meio de documentos em diversos suportes, que refletem sua cultura escolar. Podem ser encontrados exemplares como:

- Trabalhos de alunos e cadernos escolares;
- Material metodológico para o ensino de Biologia, Zoologia e Língua Portuguesa;

- Vidrarias utilizadas nos Laboratórios de Física e Química desde a Escola Normal do Distrito Federal (1891);
- Equipamentos usados em diferentes épocas na Instituição;
- Mobiliário antigo;
- Fotografias que registram diversas fases da Instituição, incluindo visitantes ilustres e autoridades, tais como o professor Albert Sabin, o escritor Austregésio de Ataíde, os presidentes Getúlio Vargase e Juscelino Kubistchek, além de governadores, prefeitos e ministros;
- Plantas arquitetônicas, incluindo a do projeto de construção do prédio institucional;
- Livros raros.

Sob a coordenação da Professora Heloisa Helena Meirelles dos Santos, a equipe do CEMI é composta por mais quatro funcionárias, a historiadora Elizabeth Benaion, a bióloga Débora Barros, a geógrafa Marlúcia Neri e bibliotecária Mônica Ladeira, que desenvolvem o trabalho de preservação, guarda e difusão do acervo. Cabe ressaltar que, apesar das atividades do CEMI estarem voltadas para o patrimônio documental e serem desempenhadas com muita dedicação pela equipe, faz-se necessária a participação de profissionais da área de documentação, como arquivistas e museólogos, considerando que já há uma bibliotecária na equipe, pois estes agregariam conhecimentos especializados ao trabalho que já vem sendo desempenhado.

A professora Heloisa Helena Meirelles dos Santos descreve mais detalhadamente o acervo do CEMI em seu texto “Centro de Memória Institucional: a cultura escolar nos arquivos” (2011), e relata o trabalho de aquisição deste acervo, que segundo a professora “envolveu busca em todo o espaço geográfico da instituição e o uso da internet para que fosse possível receber doações, digitalizadas ou não, de fora da escola que enriquecessem o arquivo.”

Podemos citar como exemplos de documentos que compõem o acervo do Centro de Memória a Ata de Criação da Escola Normal da Corte, Livros de Designação (identificam todos os que trabalharam na Instituição), Atas da Congregação de Professores, Livro da Porta datado de 1880 (indica os primeiros alunos matriculados nesta Instituição), dentre outros tantos que encontram-se localizados no CEMI, mas ainda carecem de levantamento e registro para serem disponibilizadas para pesquisa.

Atualmente, o CEMI passa por algumas intervenções que buscam melhorar a identificação e organização de seu acervo, necessária após algumas mudanças físicas nas instalações do CEMI, bem como e atuar na conservação e restauração deste. Com estas intervenções, tornam-se possíveis a identificações de alguns fundos documentais existentes, como o da Universidade do Distrito Federal (UDF), que funcionou de 1935 a 1939, em grande parte, nas instalações do então Instituto de Educação do Rio de Janeiro – IERJ, e que, apesar do pouco tempo de funcionamento, marcou a história da educação no país.

Apesar das dificuldades para o desempenho de suas atividades, o CEMI consegue atender a pesquisadores de diversas áreas, tais como UERJ, UFRJ, UNICAMP, USP, PUC-RIO, ISERJ, o que nos faz reconhecer a competência de sua equipe. Seria possível atender a ainda mais pesquisadores se seu acervo estivesse disponibilizado na internet, preferencialmente, por um site institucional, abrangendo ainda mais a possibilidade de acesso a este acervo.

2 - REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM REDE

Ao estudarmos os vínculos entre arquivologia e educação, e, principalmente, após iniciarmos nosso trabalho de campo no CEMI, alguns questionamentos tomaram contornos mais visíveis. Dentre tantas questões, uma delas está relacionada à carência da difusão das práticas educativas em rede.

Isso porque ao estudarmos o CEMI, que é considerado um setor de apoio acadêmico dentro do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, nos chamou atenção o fato de não encontramos nenhuma informação na página oficial do Instituto que nos remetesse a dados mais precisos sobre o mesmo, tal como um guia ou no mínimo uma relação com os documentos, afinal, alguns já se encontram inventariados.

Pensamos que há uma ausência no que tange à divulgação das informações custodiadas neste setor. Por que não divulgá-las em rede, por meio da própria página do ISERJ? Não basta apenas dizer o que significa o CEMI, mas sim difundir e possibilitar o acesso on-line aos usuários, pelo menos para que esses tenham uma ideia acerca da documentação existente neste setor.

Nossa angústia se pauta no fato de ser um arquivo riquíssimo, que abriga informações com mais de um século de existência, e que muitas pessoas desconhecem, ou não sabem o seu real significado. Inclusive, os próprios alunos que estudam no ISERJ. Uma

hipótese que encontramos para isso, talvez, seja a falta de disseminação dessas informações, como já salientamos anteriormente.

No momento, o que existe referente ao CEMI é um blog, mas que não explora toda a potencialidade educativa que o CEMI apresenta. Além disso, por estar localizado dentro de uma instituição educativa referenciada, seria imprescindível que seu material fosse disponibilizado de forma institucional, ou seja, utilizando-se do espaço da página do ISERJ para maior socialização das informações.

Apesar de na Europa a prática da educação patrimonial já ser algo bastante comum, percebemos, que pouco se tem explorado a face educativa dos arquivos no Brasil, por isso a relevância da pesquisa (BELLOTTO, 2006, p. 230), apesar de já existir na renovação do programa educacional brasileiro, de 1996, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)¹ das disciplinas de História e de Geografia, medidas que incitem o uso de fontes históricas e a proposta de abordagem do tema patrimônio cultural no currículo escolar.

Nesta medida, nos propomos questionar se há a divulgação destas práticas principalmente pela Internet, enquanto um canal de comunicação fundamental na atualidade para divulgação e promoção dos acervos, de atividades e eventos tornando-os um bem social e popular.

Então, pensando no potencial da internet para a difusão da informação, começamos a analisar, aleatoriamente, alguns Arquivos Públicos Municipais, que além de desenvolver a metodologia da educação patrimonial com alunos de escolas públicas e privadas, também tiveram a preocupação de fazer algo que atingisse uma população maior, e que não necessariamente, estivesse que estar dentro do arquivo para aprender com seus documentos.

Nossa preocupação, quando enfatizamos a relevância da disseminação das práticas educativas, consiste em acreditarmos que é indispensável o uso da internet como um instrumento capaz de possibilitar uma interface entre o arquivo e a comunidade. A internet apresenta-se como um canal que permite ao arquivo difundir informações aos seus diversos usuários. Não apenas informações referentes aos fundos custodiados, mas principalmente em relação aos eventos e atividades que são realizadas nos Arquivos, enquanto instituições.

Pesquisando sobre o assunto, um dos exemplos que mais nos chamou atenção, não só pela estruturação da página do arquivo, como também pelo cuidado com o público, refere-se ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH)².

¹ São parâmetros referenciais para o Ensino Fundamental e Médio de todo país.

² Criado em 1991, dentro da estrutura da Administração Direta da Prefeitura de Belo Horizonte, o APCBH, após a Reforma Administrativa de dezembro de 2004, passou a subordinar-se à Fundação Municipal de Cultura. Sua atual organização

Neste Arquivo, a educação patrimonial parece ser vista de forma muito especial. Isso pode ser visto de forma mais clara se direcionarmos nossos olhares à forma como está organizada a estrutura do Arquivo. O Arquivo apresenta-se assim dividido:

- 1- Diretoria do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte;
- 2- Departamento de Gestão de Documentos;
- 3- Departamento de Tratamento, Pesquisa e Acesso;
- 4- Divisão de Arquivos Permanentes;
- 5- Divisão de Conservação e Reprodução de Documentos.

A apresentação sumária da estrutura se fez necessária, para enfatizarmos que dentre as atividades elencadas no Departamento de Tratamento, Pesquisa e Acesso, encontramos algumas preocupações no tocante às atividades educativas, que muitos nos agrada, pois dialoga com nossas ideias ao salientarmos a necessidade de uma maior aproximação entre a arquivologia e educação. Vejamos as atividades, abaixo, disponibilizadas pela página do Arquivo:

- I - executar atividades que propiciem ao público em geral o acesso às informações constantes no acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte;
- II- desenvolver atividades de pesquisa histórica, administrativa e cultural;
- III - promover a divulgação do acervo sob a guarda do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, por meio de publicações, eventos promocionais, mostras e outras atividades correlatas;
- IV- promover a manutenção e a atualização do site institucional;
- V - manter programa de formação de professores das redes pública e privada, na área de educação patrimonial, e coordenar a equipe de ação educativa;
- VI - coordenar as atividades de acesso ao acervo permanente do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, proporcionando o melhor atendimento ao usuário e a segurança do acervo;
- VII - coordenar o registro, a catalogação e a classificação do acervo da biblioteca de apoio;
- VIII - promover e acompanhar a construção de bancos de dados para acesso ao acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Podemos observar um olhar especial voltado ao trabalho da educação patrimonial, de acordo com o item V, dirigido não somente aos alunos, mas também aos professores das redes pública e privada, no sentido de capacitá-los para melhor lidar com a temática. É de

estrutural está prevista no Decreto 14371, de 13 de abril de 2011, que aprova o estatuto da Fundação Municipal de Cultura e dá outras providências. Fonte:< <http://portalpbh.pbh.gov.br>>

suma importância dizer que há a toda uma preparação para que as atividades aconteçam. Os professores recebem uma cartilha digital elaborada pelo próprio APCBH para que possa orientar seus alunos. Trata-se de uma cartilha muito ilustrativa, e com um conteúdo bastante significativo, apresentando algumas noções do que é um Arquivo, o conceito de documento de arquivo, o desafio do documento digital, e não pára por aí. Outras explicações somam-se a essas, incluindo ainda um capítulo de orientações e sugestões ao professor. É interessante ressaltar mais uma vez que tudo isso está disponível em rede, podendo, portanto, o professor acessar a qualquer momento.

Além disso, outra consideração importante está relacionada à atualização do site institucional. Neste sentido, ele está sempre sendo revisto, de modo a receber todas as informações e divulgá-las ao seu público. Ou seja, há uma preocupação com a informação atualizada, isso é algo importante a ser considerado.

Outro fator preponderante a ser enfatizado está relacionado à forma como a página principal do Arquivo foi organizada. Nela, observamos que a educação patrimonial não é disposta na modalidade de eventos do Arquivo, mas sim como uma atividade que faz parte da estrutura da instituição.

Assim sendo, vale ressaltar que existe um acesso direcionado exclusivamente para atividades educativas, o que pode ser considerado um grande avanço nos campos educacional e arquivístico.



Figura 1 - Página do APCBH

Isso demonstra que a educação patrimonial é concebida como prática permanente e sistemática, e não esporádica ou eventual, indo de acordo com o que preconiza Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p.6), onde Educação Patrimonial consiste em:

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Outro exemplo da inserção da Educação Patrimonial nas atividades dos Arquivos Públicos e sua veiculação, ainda que em parte, pela internet, é o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV)³. Mesmo não possuindo um site próprio, e estando

³ Órgão da Prefeitura de Porto Alegre, sob a administração da Secretaria da Cultura, o AHPAMV teve sua trajetória iniciada em 1830, pela necessidade da Câmara Municipal de Porto Alegre de ordenar e inventariar seus documentos, contudo, somente após várias mudanças de sede, de sua colocação na estrutura de governo e mudanças de nome, em 1989, por meio da Lei nº 6.387, foi atribuído o atual nome, sendo transferido para a atual sede em 1994.

inserido no site da prefeitura de Porto Alegre, o Arquivo consegue realizar um trabalho bastante significativo no que tange à disseminação de suas informações.

O AHPAMV tem como finalidade a custódia dos documentos históricos públicos provenientes dos órgãos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Seu acervo é de aproximadamente um milhão e quinhentos mil documentos, com datados a partir de 1764.

Tendo entre suas atividades um programa de educação patrimonial, o AHPAMV possui resultados expressivos de participação do público. Em balanço realizado no primeiro semestre deste ano pela instituição, verificou-se que estiveram na instituição 1.232 pessoas que participaram dos projetos e visitas-guiadas. A maioria consiste em crianças e adolescentes que puderam, a partir da vivência nos projetos, criar um vínculo com o Arquivo passando este a ser, também, um espaço cultural que reflete a vida da Cidade, na medida em que suas memórias podem ser resgatadas pelos documentos, pelos chalés representativos da ocupação do Bairro Partenon nos séculos XIX e XX e, ainda, pela flora mantida no entorno com figueira e paineiras centenárias.

Cabe ressaltar que os projetos Vivo Toque e Papel Antigo e Papel Velho, que foram os pioneiros, são dirigidos para a atividade-fim da instituição: a guarda, preservação e disponibilização de documentos e os demais potencializam o uso de todo o espaço natural e cultural do Arquivo Histórico, como equipamento, permitindo aos participantes a percepção da totalidade do complexo representado pelos bens patrimoniais sob a guarda da instituição.

Somando a estes números os 87 professores da rede municipal de ensino que realizaram formação no Programa de Educação Patrimonial, tornando-se mediadores da relação Arquivo/aluno. Para estes professoras, é disponibilizado um “Guia do Professor”, que serve de orientação para o desenvolvimento das atividades de educação patrimonial. Este ano, foram realizadas formações nos meses de fevereiro, abril e maio havendo outras 3 formações programadas para o segundo semestre.

Estes números confirmam a preocupação da Instituição que, guardiã por dever da documentação histórica da Cidade, passa também a se responsabilizar pelo direito de apropriação dos valores identitários nela contidos, garantindo atividades que buscam o encontro com o público escolar nas suas diversas faixas etárias.

É importante pontuar que na página referente ao AHPAMV, encontramos um link que nos direciona para as atividades relacionadas à educação patrimonial.

Prefeitura de Porto Alegre | **TRANSPARÊNCIA Alegre**

Secretarias ▼ Departamentos ▼ Empresas ▼ Serviços ▼

CULTURA > Memória Cultural > Arquivo Histórico Moysés Vellinho

A Secretaria	Arquivo Histórico Moysés Vellinho
Programação e Cursos	Abrigado em um belo casarão do século XIX, restaurado em 1994, o Arquivo Histórico de Porto Alegre organiza, guarda e conserva cerca de um milhão e trezentos mil documentos, disponíveis à consulta pública, por constituírem importante fonte para pesquisas sobre a cidade.
Descentralização	
Teatro e Dança	O espaço utilizado pela instituição abrigou, em períodos anteriores, algumas escolas, tais como a Escola Estadual Inácio Montanha - Ensino Médio, na década de 1930, e a Escola Estadual de 1º Grau Apelles Porto Alegre, que permaneceu no local até meados da década de 1970.
Música	
Literatura	O Arquivo Histórico, como entidade custodiadora de documentos públicos permanentes, possui a incumbência de recolher, higienizar, recuperar e/ou restaurar, ordenar, acondicionar e preservar os documentos de terceira idade, produzidos e recebidos pelos poderes municipais de Porto Alegre. Sob sua guarda estão documentos datados desde 1764, que registram a formação e as transformações da cidade, informações oriundas dos poderes executivo e legislativo que mostram a política das administrações, além de jornais e revistas que relatam o cotidiano. Todo esse acervo, disponibilizado para pesquisa, nos permite conhecer e entender a trajetória histórica de nossa cidade.
Artes Plásticas	No entanto, o papel da instituição transcende a preservação do patrimônio histórico. O Arquivo Histórico investe também na educação patrimonial, com atividades para formar crianças e jovens no sentido da valorização do patrimônio natural e cultural—material e imaterial. Essa formação é fundamental para que a comunidade faça parte dessa grande tarefa que é preservar a memória em suas diferentes interfaces.
Cinema e Vídeo	Clique aqui para ler sobre as atividades de educação patrimonial
Fotografia	
Manifestações Populares	
Nativismo	
Usina do Gasômetro	
Memória Cultural	

Arquivo Histórico Moysés Vellinho

16°C 14°C V metroclima 29 de julho de 2012

Banco de Imagens

Rádio WEB

TV Prefeitura

Diário Oficial

Webcams

FALA 156 ATENDIMENTO AO CIDADÃO
Porto Alegre

Secretaria Municipal da Cultura

Curta a página da SMC facebook

Figura 2 - Página da Prefeitura de Porto Alegre referente informações do AHPAMV

Atualmente o AHPAMV dispõe dos seguintes projetos⁴:

1. Vivo Toque: interliga os elementos documentais, prédios históricos, acervo, pesquisa, artes cênicas e história, envolvendo o público numa investigação-pesquisa que desvenda fatos de uma tragédia acontecida em 1912 no Mercado Público de Porto Alegre. É um jogo de equipes, mesclado com elementos cênicos, sensibiliza para a importância do patrimônio documental.

2. Papel Antigo e Papel Velho: integra os elementos papel, prédios históricos, acervo, documentos, livro, artes cênicas e história, a oficina viaja no tempo, mostrando a elaboração do papel artesanal, feito a partir de trapos. Trata-se do suporte de muitos documentos antigos que registram a história da cidade. A importância da preservação é apreendida de forma lúdica, por meio de uma personagem cuja fantasia nos remete à figura de uma broca comedora de papel, que se conscientiza para a importância dos documentos e sua preservação.

3. Sensibilização para a Vida nos Âmbitos Humano, Cultural e Ambiental: trabalha os elementos natureza, acervo, prédios históricos e artes, construindo uma interessante interface entre meio ambiente, literatura, memória imaterial, artes plásticas e cênicas e prédios históricos. Perceber os bens naturais e culturais como organicamente

⁴ Os projetos mencionados oferecidos pelo AHPAMV estão descritos conforme informações disponibilizadas em <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/default.php?reg=12&p_secao=89#>.

interligados é um dos objetivos das quatro vivências lúdicas: seres da natureza - a literatura e os arquétipos brasileiros; maga das ervas - a medicina da natureza e o patrimônio imaterial; sons da natureza - expressão sonora da vida; cores da natureza - as tintas ancestrais. Cada um deles aborda a natureza em sua integralidade, sensibilizando para sua preservação.

4. Brincando de Editar: nessa atividade se inter-relacionam os elementos papel, livro, prédios históricos e documentos. Na forma de jogo, que envolve o público na construção de um livro, essa oficina objetiva desenvolver a percepção da importância e valor do bem cultural livro, favorecendo a fruição da arte da literatura.

5. Descobrindo a Arquivologia: os elementos envolvidos são a ciência da arquivologia, documentos, acervo. A oficina pretende disseminar o conhecimento da disciplina arquivística, apresentando noções de organização, recuperação e preservação dos bens documentais com ajuda de um jogo entre equipes de alunos.

6. Visitas Guiadas: visitando todas as instalações do Arquivo Histórico, os usuários recebem informações técnicas e históricas que passeiam pelos conteúdos ecológicos, históricos, de preservação, de conservação documental, apropriando-se intelectual e afetivamente desse importante patrimônio da cidade de Porto Alegre.

7. Brincando no Arquivo: esse evento ocorre anualmente desde 2005. De caráter comemorativo, é realizado no mês de outubro em alusão ao Dia da Criança. Na ocasião são desenvolvidas atividades que agregam e mesclam elementos e dinâmicas dos projetos. É usado todo o espaço ambiental do Arquivo, o que permite trabalhar vários grupos simultaneamente, atingindo-se, dessa forma, um público maior. É o único momento em que a instituição toma a iniciativa de convidar escolas e outras entidades a participarem do evento, sendo essas acolhedoras de crianças carentes ou em situação de risco.

Em relação ao trabalho que vem sendo realizado, outro Arquivo nos chamou bastante atenção: o Arquivo Histórico de São Paulo. Sua estrutura administrativa é dividida por seções: Seção Técnica de Estudos e Pesquisas, Serviço Educativo, Seção de Acervo Bibliográfico, Seção Técnica de Difusão Cultural, Seção Técnica de Acervo Arquivístico, Seção de Expediente, Seção de Denominação de Logradouros Públicos, Seção de Restauração e Encadernação e Seção de Zeladoria e Manutenção. Fica bem claro para qualquer pessoa que acessa o *site* deste arquivo que o mesmo se preocupa com a educação, pois isto já está posto na sua própria divisão interna, ao possuir em sua estrutura um serviço educativo. Outra questão bastante interessante é que há um link no *site* chamado educativo onde podemos buscar informações de horário, agendamento de visitas para especificamente o público escolar conhecer os fundos documentais.

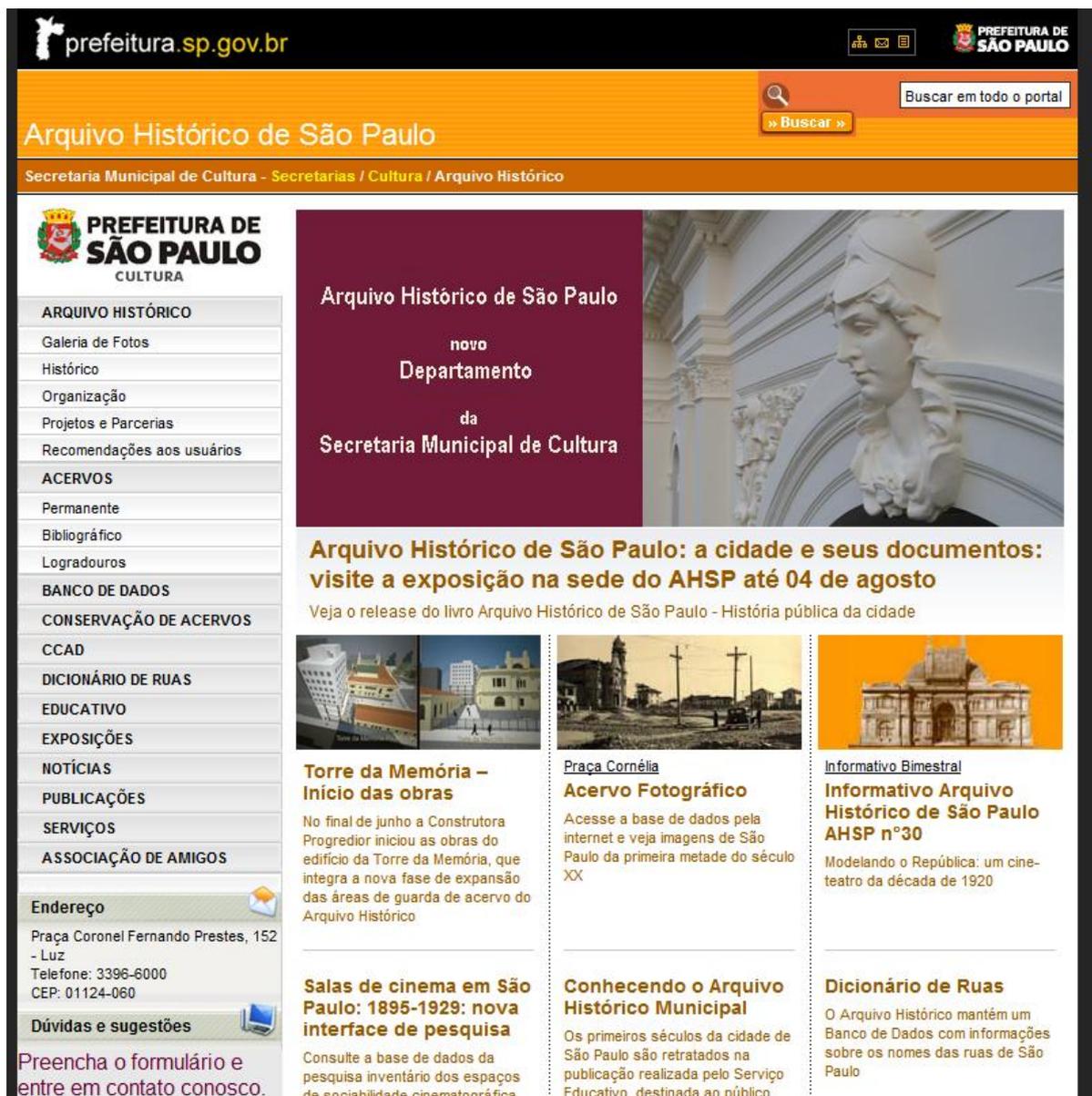


Figura 3 - Página do Arquivo Histórico de São Paulo

Vale ressaltar ainda, que em 2008 foi publicado uma espécie de guia denominado *Conhecendo o Arquivo Histórico Municipal*, que tinha como finalidade divulgar para o público escolar quais documentos são custodiados pela instituição. Trata-se de um guia bem didático. Porém, acreditamos que tende a atender um público maior de discentes do segundo segmento do ensino fundamental, já que o guia possui muito texto e poucas ilustrações.

Por outro lado, ao analisarmos o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, encontramos uma situação bem diferente. Sua estrutura organizacional possui três gerências: a Gerência de Documentação Escrita e Especial, a Gerência de Apoio Técnico e a Gerência de Pesquisa. Dentro da primeira gerência há duas subgerências, de Documentação e Escrita e de Documentação Especial. Em linhas gerais a função dessa gerência é gerir, preservar,

democratizar o acesso público à documentação sob sua guarda e elaborar instruções, normas, tabelas de temporalidade e instrumentos de pesquisa. A Gerência de Apoio Técnico é responsável pelas atividades de preservação, conservação e restauração dos documentos. A Gerência de Pesquisa tem por objetivo implementar pesquisas históricas sobre temas relativos à História da Cidade do Rio de Janeiro, subsidiar a elaboração de textos, artigos e livros, e organizar e divulgar ações culturais realizadas pelo AGCRJ, tais como seminários, exposições, concursos de monografias e publicações.

Percebemos, neste Arquivo, que a educação patrimonial não é explicitada em sua página na internet. No entanto, práticas educativas e/ou de cunho cultural já foram promovidas no Arquivo. Como é o caso das informações que constam no *site* sobre as Quartas no Arquivo, planejadas e executadas através da parceria da Prefeitura do Rio de Janeiro com a Secretaria Municipal de Cultura durante os anos de 2005 a 2008. Tinha como objetivo a realização de palestras sobre a cidade do Rio de Janeiro, que dentre outros tantos projetos promovidos buscava uma aproximação do público com o Arquivo.

Vale acrescentar também, que ao realizarmos uma pesquisa bibliográfica, constatamos que durante um curto período de tempo o Arquivo aplicou atividades visando especificamente o público escolar. O nome do Projeto era *Ensinando com o Arquivo* e o início do trabalho ocorreu em 1991 realizado pela Divisão de Apoio Técnico do Arquivo a responsável era Rita de Cássia de Mattos. O projeto tinha como objetivo, primeiramente, abranger as escolas de 1º grau da rede pública e depois escolas de 1º e 2º graus das redes públicas e particulares (MATTOS, 1996).

Segundo Mattos (1996) este trabalho foi pioneiro no Brasil, no entanto, a autora relata as dificuldades burocráticas enfrentadas. No tocante à receptividade dos professores, a mesma destaca que se mostraram interessados, o que sinalizava para uma ação positiva, mas que, infelizmente, não avançou. Deste modo, nosso questionamento se pauta em refletir o porquê da não continuidade do projeto.

Pesquisando outra instituição - Arquivo Público Municipal de Vitória, verificamos que o mesmo não possui um *site* próprio, e que está inserido no sítio eletrônico da Prefeitura de Vitória. Somente conseguimos obter informações sobre seu histórico, seu acervo, horário de funcionamento, telefones, endereço e as formas de se realizar consultas. Dentre muitas das atividades listadas, a educação patrimonial é citada, mas não é possível saber como, quando e nem saber se está presente na estrutura administrativa da instituição.

PREFEITURA DE VITÓRIA

Vitória em dados Secretarias Serviços Notícias Transparência Vitória Legislação Vitória de A a Z

CIDADÃO EMPREENDEDOR PREFEITURA TURISTA SERVIDOR Busca: Ok

Secretaria de Administração

Início > Secretaria de Administração > Arquivo Público

Imprimir: Tamanho do texto: A- A+

O que fazemos
Quem somos
Nossas notícias
Eventos
[Arquivo Público](#)
Atos Oficiais
Cartilha Eleitoral
Editais e licitações
Escola de Governo >
Feriados no município
Formulários
GesPública >
Patrimônio
Plano de Cargos >
Processos seletivos
Recrutamento e Seleção >
Servidor >
Galerias
Perguntas e respostas
Fale conosco

Arquivo Público Municipal guarda parte da história do município

O Arquivo Público Municipal reúne, em seu acervo, vasta quantidade de espécies e tipologias documentais do município, relativos aos poderes Executivo e Legislativo Municipal. Existem jornais dos séculos XIX e XX, ofícios, petições, requerimentos, documentos contábeis, além de fotografias, filmes, negativos de vídeo, dentre outros que foram acumulados durante a vida administrativa do Município de Vitória. Até novembro de 2010, havia mais de 8 mil fotos no acervo.

No arquivo, também podem ser encontrados processos administrativos, documentos de pessoal (folha de ponto, frequência etc), documentos relativos a óbitos, informações de imóveis, mapas, plantas, projetos, leis, decretos, resoluções e autógrafos de lei. O acervo é constituído de obras raras e tem aproximadamente 234 metros lineares de documentos, não incluindo os que não estão acondicionados em caixas de arquivo, como livros, mapas, plantas, dentre outros.

O Arquivo Público Municipal tem como missão coordenar e desenvolver a política e a gestão arquivística de documentos da Prefeitura Municipal de Vitória, visando agilizar o acesso às informações produzidas pela municipalidade em cumprimento de suas atribuições, contribuindo para a eficiência administrativa. Além disso, destina-se a preservar a memória institucional para servir como referência, informação, prova ou fonte de pesquisa.

Entre as suas atividades, estão o atendimento ao cidadão e à Prefeitura, o apoio à gestão documental, a elaboração de instrumentos de pesquisa, a higienização e conservação de documentos, a transcrição de manuscritos e a educação patrimonial e ambiental em arquivos.

Acesso aos documentos

As consultas podem ser feitas no local com uso de luvas e máscaras, disponibilizadas na instituição. O Arquivo Público é aberto ao público em geral.

Endereço: Rua Amélia da Cunha Ornelas, Edifício Helenus, 294, Bento Ferreira

Figura 4 - Site da Prefeitura de Vitória – Arquivo Público Municipal de Vitória

Os arquivos públicos são órgãos responsáveis pelo fomento e promoção de ações educativas. Os arquivos são patrimônios culturais, pois são a prova e o testemunho desta realidade, por isso nossa pesquisa enfatiza que é dever dos arquivos tornar estes registros acessíveis aos alunos, gerando cidadãos conscientes da importância da preservação de sua história.

Moraes (2005) afirma que a necessidade de trabalhar o Patrimônio Cultural nas escolas fortalece a relação das pessoas com suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento destas com seus bens, percebendo sua responsabilidade pela valorização e preservação do patrimônio, fortalecendo a vivência real com a cidadania, num processo de inclusão social.

Neste sentido, Salvatori (2008) reforça que a educação patrimonial é um processo contínuo de resgate ao passado, e que busca compreender o que denominamos como patrimônio. Neste sentido a autora destaca que: a escola deve incentivar ações práticas em

relação ao patrimônio, com propostas de trabalho no campo da arquivística e da produção de acervos [...] entre outras possibilidades (p.36).

Logo, pensar em outras possibilidades que envolvam a educação patrimonial, é pensar também na responsabilidade não só da escola, mas também das instituições arquivísticas e de seus profissionais, enquanto, elementos importantes voltados a formação de cidadãos mais conscientes, pois ao buscar meios para difundir as informações, com certeza estarão contribuindo para a valorização do patrimônio cultural, bem como para a concretização de uma sociedade mais democrática, já que o acesso é condição *sine qua non* para o alcance de tal ideário.

Segundo Mattos (1996, p.1) um arquivo moderno é uma instituição participante de uma sociedade em constante mudança e um agente a serviço da formação política e histórica do grande público e principalmente das novas gerações. Para atingir as novas gerações o investimento em educação atrelado ao arquivo é um pilar fundamental para produzir grandes frutos para o enriquecimento cultural. Esta nossa breve análise demonstra o quanto precisamos refletir sobre os trabalhos em execução e incentivar demasiadamente a publicação dos mesmos pela Internet.

Logo, falamos tanto em disseminação, difusão, socialização e transferência da informação. Assim não podemos deixar de destacar a relevância dos ambientes virtuais para a disseminação e manutenção das práticas que fazem uso da educação patrimonial, entendendo que esta se caracteriza como uma metodologia, e como tal requer recursos didáticos para melhor ser aprofundada, sendo, neste caso, a internet mais um recurso aliado a novas formas de produção de conhecimento.

3 - O USO DA INTERNET PELOS ARQUIVOS

Refletir sobre a Internet e seu uso pelos arquivos nos leva a tentar tecer o caminho da expansão das tecnologias da informação e comunicação na realidade brasileira, o que nos remete ao Programa da Sociedade da Informação de 1996, um trabalho iniciado pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CCT, o chamado Livro Verde. O devido programa tinha por objetivo a universalização do acesso e o uso crescente dos meios eletrônicos de informação para gerar uma administração eficiente e transparente em todos os níveis (TAKAHASHI, 2000).

Previa também o amplo acesso da sociedade civil aos conteúdos disponíveis em diferentes centros de informação tais como: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação considerando-os locais estratégicos para difusão e disseminação de

conhecimento. O acesso à informação, o usuário da informação, novas possibilidades e usos da informação e os espaços informacionais virtuais são temas que começaram a emergir no campo das discussões dos profissionais, novos problemas são lançados e os diversos caminhos de respostas seguidos estão em vias de construção.

Mapeando mais precisamente, o uso da Internet no Brasil começou pelas comunidades científicas, em 1990, depois expandiu para o setor privado, a serviços de natureza comercial em 1995, e seguidamente consolidou-se com a criação da Agência Nacional de Telecomunicações gerando uma quantidade maior disponibilidade de acesso (TAKASHI, 2000).

No cenário internacional houve uma tentativa de implementar um Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica (UNISIST) pela UNESCO. A percussora deste projeto foi a UNESCO devido a uma de suas funções, previstas em sua criação em 1945, ser voltada para abordagem de problemas de comunicação e informação (JARDIM, 1995). Logo, sua postura ativa na promoção mundial do acesso a informação na década de 60 é inovadora porque entende informação no âmbito da documentação, bibliotecas e arquivos e vai gerar alguns avanços nas políticas de informação que temos atualmente.

O UNISIST era um programa intergovernamental e tinha por pressupostos melhoria do acesso e uso da informação através de cooperação voluntária internacional, pois seu ideal era igualar países desenvolvidos e países em desenvolvimento quanto aos aspectos abordados acima, previa também que os países participantes deste projeto resolvessem primeiro seus problemas internos, ou seja, criassem organismos nacionais de coordenação da política nacional de informação e que os programas desenvolvidos em âmbito nacional não estivessem desvinculados do programa maior, ou seja, das discussões e projetos das reuniões internacionais.

As coordenações nacionais, já citadas anteriormente, seriam desenvolvidas através do conceito de NATIS (Sistemas Nacionais de Informação). Este conceito previa que o Estado disponibilizasse todas as informações pertinentes produzidas em seu país para todos os usuários (seja pesquisador, cidadão ou o escolar). No entanto, para isso era necessário que houvesse um plano nacional de informação implementado em cada país. Um aspecto bastante interessante era que havia um interesse em fomentar novos usuários, logo o NATIS também previa que a educação também fosse afetada, que se ensine os alunos a utilizar os recursos da informação.

Esta ideia globalizante não logrou êxito e, a partir da década de 80, diminuiu consideravelmente, dos discursos da UNESCO, o conceito de NATIS, mas ainda

permaneceu o discurso sobre a formulação de uma política de informação nacional, de sistemas nacionais de informação. Podemos dizer, que apesar de o projeto não ter sido efetivamente realizado, algumas idealizações foram conseguidas como é o caso do Brasil com a implantação do Sistema Nacional de Arquivos.

A Lei de Arquivos de 1991, que dispõe acerca da política nacional de arquivos públicos e privados, criada após a redemocratização do país, surgiu no bojo dessas inquietações sobre o acesso à informação. Contudo, apesar de legalmente termos instrumentos que nos permitam aplicar a política nacional de informação, ainda não instrumentalizamos estas ferramentas disponíveis. Fato este comprovado pela criação da criação da Lei 12.527 em novembro de 2011 que trata do dever das instituições públicas disponibilizarem informações de sua administração para acesso do cidadão.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A internet é uma ferramenta fundamental a ser utilizada pelos arquivos, visando uma melhor difusão e comunicação dos seus trabalhos e do seu acervo de modo geral, encurtando a distância entre o cidadão e a instituição.

Na perspectiva da educação patrimonial, acreditamos que uma maior exploração dos recursos tecnológicos pode contribuir para informar o cidadão acerca dos patrimônios culturais existentes. Porém, para que para isso ocorra é necessário também um melhor preparo dos arquivos e arquivistas, além, é claro, das escolas e professores, para juntamente com profissionais das áreas de tecnologia da informação proporcionar instrumentos práticos atrativos e seguros para o acesso.

Moraes (2005) acrescenta que a necessidade de trabalhar o Patrimônio Cultural nas escolas fortalece a relação das pessoas com suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento destas com seus bens, percebendo sua responsabilidade pela valorização e preservação. Para Araripe (2004 p.111) patrimônio cultural *“é o conjunto de tudo o que encontramos na formação da cultura [...] transmitidos de geração a geração e a dimensão da força simbólica do seu significado como expressão do fazer social.”*

Queiroz (2006) observa que para promover o reencontro e a reconquista de um grupo consigo mesmo o diálogo é um aspecto fundamental entre os atuantes diretos no patrimônio e sua preservação e o grupo comunitário ao qual o patrimônio em questão se encontra diretamente vinculado. Assim afirma que, a Educação Patrimonial é um processo constante de ensino e aprendizagem que tem por objetivo central o patrimônio, este é a fonte primária

para enriquecer e fortalecer o conhecimento individual e coletivo de uma nação sobre sua cultura, memória e identidade.

Entende-se, hoje, que a Educação Patrimonial não deve ser uma prática acessória. Percebemos que apesar de termos algumas iniciativas no cenário brasileiro, ela ainda é muito ínfima na agenda dos ensinos fundamental e médio.

Portanto, as possibilidades de proporcionar ao cidadão seus direitos, e dentre estes, o acesso à informação, devem ser buscados de maneira contínua, vislumbrando a internet como um recurso que deve ser aliado para o alcance de tal propósito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Revista Transinformação**. Vol. 16, nº 2, ano 2004. Disponível em:

< <http://revistas.puccampinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=63>> Acesso em: 10 mai. 2012.

ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO. [Blog institucional]. Disponível em:

<<http://ahpoa.blogspot.com.br/search/label/EDUCA%C3%87%C3%83O%20%20PATRIMONIAL>> Acesso em 10 jun. 2012.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/>> Acesso em: 18 jul. 2012.

ARQUIVO HISTORICO DE SÃO PAULO. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/ Acesso em 08/07/2012.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/semad.php?pagina=arquivopublico> Acessado em 08/07/2012.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br>> Acesso em: 30 mai. 2012.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Lei. nº. 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 29, n. 6, p. 455, jan. 1991. Seção 1.

_____. Lei nº 12.527, de 11 de novembro de 2012. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm> Acesso em 10 jun. 2012

CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO ISERJ. [Blog institucional]. Disponível em: <<http://cemiiserj.blogspot.com.br/>> Acesso em 10 jun. 2012 .

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRÜNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

JARDIM, José Maria. **O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação**. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ mesa/o_acesso_informao_arquivstica_no_brasil.pdf>. Acesso em 10 jun. 2012.

MATTOS, Rita de Cassia; TAVARES, Mara Barbosa. Crianças no Arquivo - *Breve Relato*. Arquivo e História. **Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**. R.J. nº. 2, 1996.

MINUZZO, Liziane Ungaretti. **Atividades Culturais e Educativas em Arquivos: um estudo de caso sobre o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28449/000770924.pdf?sequence=1>> Acesso em 15 jun. 2012.

MORAES, Alana Pessanha. **Educação Patrimonial nas escolas: Aprendendo a resgatar o patrimônio cultural**. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/allana_p_moraes_educ_patrimonial.pdf> Acesso em: 2 mai. de 2012.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Sociedade da Informação no Brasil: desafio de tornar a internet de todos para todos**. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica/1/textos/comunicacao/TEXT0%207%20-%20Sociedade%20da%20informacao%20no%20Brasil%20-%20desafio%20de%20tornar%20a%20internet%20de%20todos%20para%20todos.doc/view>>. Acesso em 09 jul. 2012.

QUEIROZ, Moema Nascimento. **A Educação Patrimonial como instrumento de cidadania**. Disponível em: <www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=3562> Acesso em: 15 mai. 2012.

SALVATORI, Angela Borges. **História, ensino e patrimônio**. Araraquara, São Paulo: Junquera & Marin, 2008.

SANTOS, Heloisa Helena Meirelles dos. **Centro de Memória Institucional: a cultura escolar nos arquivos**. 2011. Disponível em: <<http://cemiiserj.blogspot.com/p/centro-de-memoria-institucional-cultura.html>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.